

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# O dilema do (des)emprego dos formados na educação superior no Brasil

Mauro Sala, Evaldo Piolli, Roberto Heloani

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10163>

Submetido em: 2024-10-10

Postado em: 2024-10-15 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## O dilema do (des)emprego dos formados na educação superior no Brasil

The dilemma of (un)employment of higher education graduates in Brazil

El dilema del (des)empleo de los graduados de educación superior en Brasil

**Evaldo Piolli** – Universidade Estadual de Campinas | Campinas | São Paulo | Brasil. E-mail: [epiolli@unicamp.br](mailto:epiolli@unicamp.br) | Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5321-5038>

**Mauro Sala** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo | Hortolândia | São Paulo | Brasil. E-mail: [mauro.sala@ifsp.edu.br](mailto:mauro.sala@ifsp.edu.br) | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2718-3826>

**Roberto Heloani** – Universidade Estadual de Campinas | Campinas | São Paulo | Brasil. E-mail: [rheloani@gmail.com](mailto:rheloani@gmail.com) | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2583-8876>

**Resumo:** Este artigo discute a relação entre educação e trabalho, tendo como foco as condições de emprego dos formados na educação superior no Brasil. Para isso, revisitamos um artigo intitulado “A falácia da qualificação: dilemas do (des)emprego dos profissionais de nível superior”, publicado há vinte anos. Assim, recorreremos a dados quantitativos sobre o mercado de trabalho para os diplomados na educação superior no Brasil recente. No artigo, demonstramos que, apesar do relativamente baixo número de diplomados no país, já vivenciamos uma espécie de sobrequalificação da força de trabalho, resultando em empregos não típicos para quem possui essa formação, embora o diploma da educação superior ainda represente uma vantagem relativa no mercado de trabalho. Observamos uma tendência de desvalorização do diploma superior no Brasil, levando a uma nova dissolução da promessa integradora da educação. Entretanto, notamos que, diante dessa tendência de desvalorização do diploma superior, ocorre uma mudança na modalidade de ensino frequentada nessa formação, com predominância da modalidade a distância como forma de adequar os investimentos de tempo e dinheiro dessa formação às perspectivas de trabalho dos diplomados. Por fim, relacionamos essas tendências com o processo de desindustrialização precoce do país, que se mantém incapaz de produzir postos de trabalho qualificados e bem remunerados.

**Palavras-chave:** Educação Superior; mercado de trabalho; política educacional

**Abstract:** This article discusses the relationship between education and work, focusing on the employment conditions of graduates in higher education in Brazil. To this end, we revisit an article titled “The Fallacy of Qualification: Dilemmas of (Un)employment of Higher Education Professionals,” published twenty years ago. Thus, we rely on quantitative data about the labor market for higher education graduates in contemporary Brazil. In the article, we demonstrate that, despite the relatively low number of graduates in the country, we are already experiencing a form of overqualification in the workforce, resulting in atypical jobs for those with this level of education, although a higher education diploma still represents a relative advantage in the job market. We observe a trend of devaluation of the higher education diploma in Brazil, leading to a new dissolution of the integrative promise of education. However, we note that, considering this trend of devaluation, a shift in the mode of education pursued in this field is occurring, with a predominance of distance learning to align the investments of time and money in this education with the job prospects of graduates. Finally, we relate these trends to the early deindustrialization process in the country, which remains unable to produce qualified and well-paid job positions.

**Keywords:** Higher Education; job market; educational policy

**Resumen:** Este artículo analiza la relación entre educación y trabajo, centrándose en las condiciones laborales de los graduados de educación superior en Brasil. Para ello, revisamos un artículo titulado “La

falacia de la calificación: dilemas del (des)empleo de los profesionales de la educación superior”, publicado hace veinte años. Por lo tanto, utilizamos datos cuantitativos sobre el mercado laboral de los graduados de educación superior en el Brasil reciente. En el artículo demostramos que, a pesar del número relativamente bajo de graduados en el país, ya hemos experimentado una especie de sobrecalificación de la fuerza laboral, lo que resulta en empleos que no son típicos para quienes tienen esta formación, aunque el título de educación superior aún representa una ventaja relativa en el mercado laboral. Observamos una tendencia hacia la devaluación de los títulos de educación superior en Brasil, lo que lleva a una nueva disolución de la promesa integradora de la educación. Sin embargo, observamos que, ante esta tendencia de devaluación del título de educación superior, se produce un cambio en el tipo de educación cursada en esta formación, con predominio de la modalidad a distancia como una forma de adecuar las inversiones de tiempo y dinero. en esta formación a las perspectivas laborales de los titulados. Finalmente, relacionamos estas tendencias con el proceso inicial de desindustrialización del país, que sigue siendo incapaz de generar empleos calificados y bien remunerados.

**Palabras clave:** Educación Superior; mercado laboral; política educativa

## **1 A falácia da qualificação: revisitando o conceito**

Há quase vinte anos, Roberto Heloani e Evaldo Piolli escreveram um artigo muito interessante intitulado “A falácia da qualificação: dilemas do (des)emprego dos profissionais de nível superior”. Trata-se de um artigo que busca entender as relações trabalho-educação no Brasil diante da flexibilização pós-fordista e do avanço do neoliberalismo entre nós. O artigo, publicado em 2004/2005, acaba por refletir as transformações na relação trabalho-educação nos anos de governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) mostrando que,

o comportamento geral do mercado de trabalho está contribuindo para que, frente a uma oferta cada vez mais reduzida de postos de trabalho e a uma elevação da oferta de mão-de-obra, as empresas passem a aumentar, cada vez mais, os requisitos para a contratação de funcionários ou, ainda, passem a promover uma substituição dos trabalhadores com menor nível de escolaridade por outros que tenham cursado níveis mais elevados. As empresas aumentam os requisitos e as exigências “sem que se observe, nessas tendências, mudanças significativas no conteúdo do trabalho” que possam justificar as exigências de um profissional mais qualificado, tudo se reduzindo - conforme a lógica do mercado - mais a uma questão de oferta do que a uma demanda real ou a uma necessidade comprovada (Heloani; Piolli, 2004/2005, p. 208).

Embora os autores percebam esse movimento no contexto mais amplo das transformações do capitalismo contemporâneo, eles acabam por estabelecer uma relação “conjuntural” entre “uma oferta cada vez mais reduzida de postos de trabalho”, “uma elevação da oferta de mão-de-obra” e o aumento dos “requisitos para a contratação de funcionários”. Veremos a seguir que o aumento dos requisitos e das exigências “sem que se observe, nessas tendências, mudanças significativas no conteúdo do trabalho”, ocorreu também num contexto de aumento dos postos de

trabalho, podendo ser tratado como uma característica estrutural da relação trabalho-educação no Brasil.

De qualquer modo, Heloani e Piolli nos fornecem as pistas fundamentais para a apreensão dessa característica estrutural e nas formas que o mercado irá buscar uma "resolução" para esse dilema. Concluem os autores:

É importante que se diga que mesmo as decisões individuais de escolha da profissão pautadas pelo pragmatismo e pelo imediatismo, quando defrontadas com os imperativos do mercado, parecem, em muitos casos, não resultar em ganhos reais correspondentes ao "investimento de tempo e de dinheiro" feito pelos indivíduos. O que se vê, de maneira geral, é um processo de inserção precária desses profissionais em funções em que não há correspondência entre a qualificação dos indivíduos e o conteúdo do trabalho (Heloani; Piolli, 2004/2005, p. 209/210).

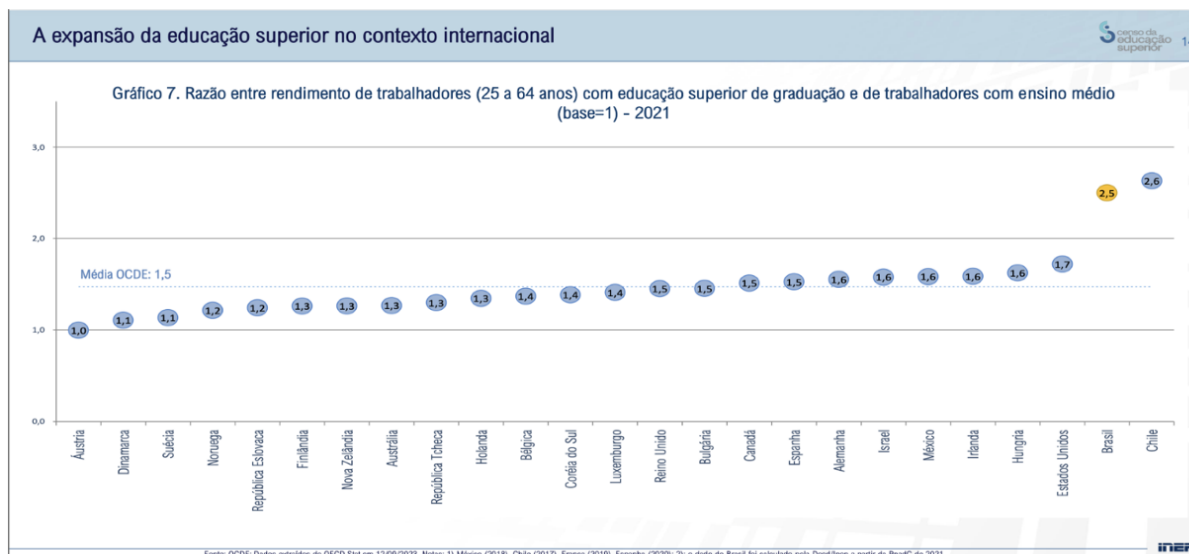
A anedota do "engenheiro-uber" pode adquirir um sentido crítico se compreendermos os fundamentos históricos materiais da relação trabalho-educação em nosso país. Não se trata de uma piada. Trata-se de uma tragédia que diz muito sobre as relações trabalho-educação em nosso país.

## **2 Diferença salarial, salário de base e tendência decrescente de valorização relativa do diploma da educação superior no Brasil**

Numa primeira mirada, pode parecer estranha a afirmação de Heloani e Piolli de dizer que o "investimento de tempo e dinheiro" feito pelos trabalhadores para obter um diploma de ensino superior pode "não resultar em ganhos reais correspondentes", num país em que o trabalhador com diploma de educação superior recebe 2,5 vezes mais do que ganha, na média, um trabalhador apenas com ensino médio.

Nesse quesito, o Brasil apresenta uma das maiores distâncias entre o rendimento médio dos trabalhadores com educação superior e dos trabalhadores com ensino médio, como podemos ver no gráfico colhido do Censo da Educação Superior de 2022.

### Gráfico 1 – Razão entre rendimento de trabalhadores (25 a 64 anos) com educação superior de graduação e de trabalhadores com ensino médio



Fonte: INEP (2023).

Assim, pode parecer que o Brasil é um dos países que mais valoriza o diploma da educação superior para definir a remuneração dos trabalhadores, colocando em xeque a conclusão dos autores.

Mas cabe notar que a relação é com o rendimento médio do próprio país. Se o Brasil apresenta a maior distância de rendimento médio entre os diplomados e não-diplomados na educação superior, isso, em si, pouco diz sobre a valorização efetiva desses profissionais, já que esses rendimentos, em geral, são bastante baixos em nosso país.

Como nos mostra Márcio Pochmann (2012), mesmo num momento de crescimento dos postos de trabalho formal, a remuneração permanecia baixa. Nas palavras do autor, "do total de 21 milhões de postos de trabalho criados na primeira década do século XXI, 94,8% foram com rendimento de até 1,5 salário mínimo mensal" (Pochmann, 2012, p. 27). Para ele, mesmo diante do crescimento econômico e de postos de trabalho da primeira década do século XXI, o que tivemos foi um "avanço das ocupações na base da pirâmide social brasileira" (Pochmann, 2012, p. 27).

Pochmann também registra um aumento na escolaridade exigida para as vagas abertas no período. Segundo sua pesquisa, na década de 2000, "o Brasil gerou 14,7 milhões de ocupações para trabalhadores de salário de base acima de 9 anos de estudo", fazendo com que a participação desses trabalhadores, em 2009, representasse 43% dos trabalhadores ocupados, contra 23,2% de dez anos antes (Pochmann, 2012, p. 40).

Essa crescente "geração de postos de trabalho para os que tem maior grau de escolaridade", fez com que "quase 85% do total das vagas abertas" se destinasse "a trabalhadores de salário de base com escolaridade equivalente ao ensino médio, ao

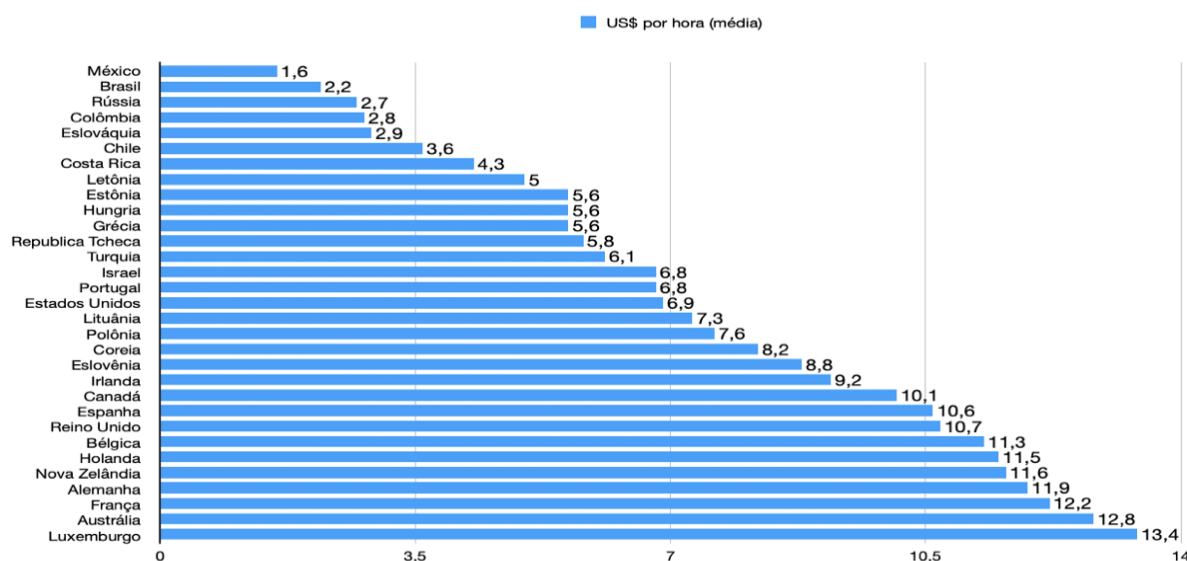
passo que aos ocupados que possuíam ensino superior restou uma parcela bem menor do total de postos de trabalho” (Pochmann, 2012, p. 35/6).

Aqui talvez também estejamos diante daquela situação analisada por Heloani e Piolli de que esse aumento de escolaridade se deva “mais a uma questão de oferta do que a uma demanda real ou a uma necessidade comprovada” (Heloani; Piolli, 2004/2005, p. 208).

De qualquer modo, temos que notar que o trabalho na base da pirâmide social brasileira, paga muito mal. Como vimos, quase 95% dos postos de trabalho formais criados na primeira década do século XXI pagavam até 1,5 salário mínimo. Assim, mesmo que consideremos aquela relação entre o vencimento médio dos com ou sem diploma de Educação Superior, vemos que a vantagem relativa dos diplomados na educação superior não significa uma efetiva valorização, fazendo reafirmar a tese de Heloani e Piolli de que o investimento de tempo e dinheiro com essa formação pode “não resultar em ganhos reais correspondentes”.

Quando comparamos o salário mínimo do Brasil com o dos países membros da OCDE, vemos a imensa distância que nos separa desses países.

## Gráfico 2 - Salário mínimo por hora



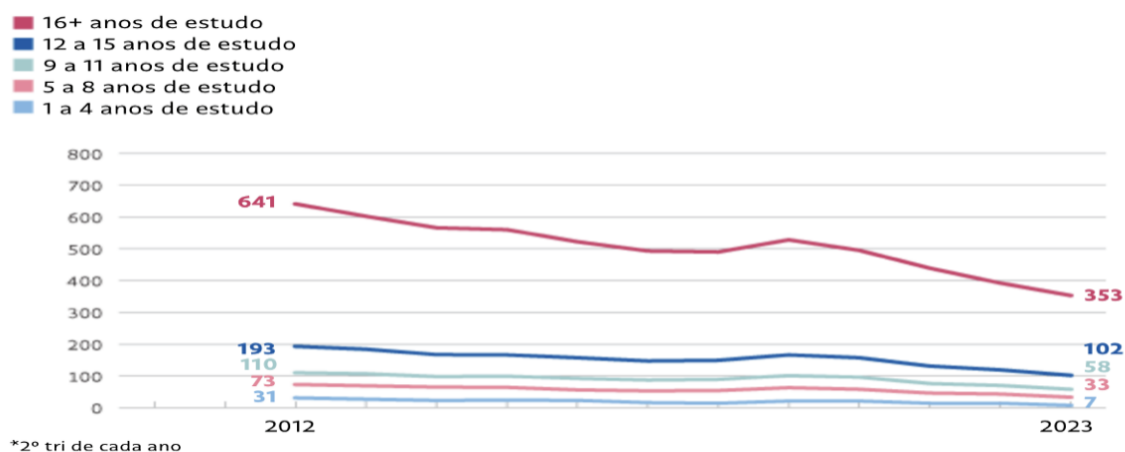
Fonte: (Nunes, 20/10/2022) com dados da OCDE.

Essa realidade somada ao fato de a imensa maioria dos postos de trabalho pagar até 1,5 salário mínimo faz com que o rendimento médio dos trabalhadores no Brasil também seja significativamente menor do que nos países membros do OCDE. Segundo o “Better Life index” da OCDE, o rendimento médio dos trabalhadores no Brasil é de US\$ 13.637,00. Desse modo, alerta a OCDE, “os brasileiros recebem muito menos que a média da OCDE de US\$ 49.165,00”.

Além da comparação internacional, temos que ter em conta uma tendência observada na última década de redução relativa da vantagem salarial dos trabalhadores com diploma superior.

Segundo noticiou Fernando Canzian, com base em uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) com base em dados do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), que analisou a última década, nos mostra que “jovens e adultos que estudaram de 12 a 16 anos (ou mais) tiveram perda de renda mais acentuada que os menos escolarizados”, perdendo parte de sua vantagem relativa.

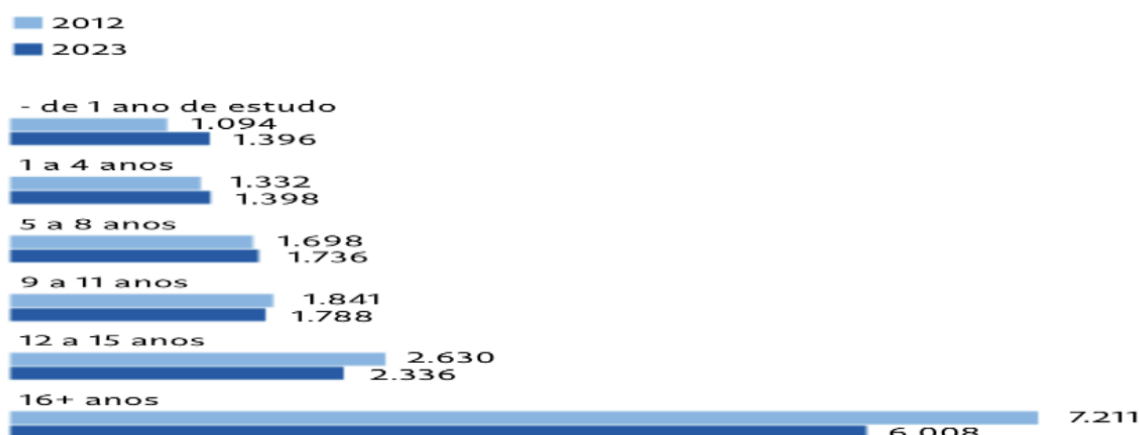
**Gráfico 3 - Quanto cada grupo ganha a mais em salário-hora em relação a quem tem menos de um ano de estudo (em %)**



Fonte: (Canzian, 03/09/2023).

Podem argumentar que a diminuição da vantagem relativa dos trabalhadores com ensino superior aproxima a realidade brasileira da dos países capitalistas desenvolvidos, como podemos supor pela leitura do primeiro gráfico apresentado neste artigo. Entretanto, temos que ponderar que esse movimento não significa apenas uma aproximação relativa dos rendimentos dos trabalhadores com mais ou menos escolarização: ele se deu por uma perda salarial absoluta dos trabalhadores mais escolarizados. Como podemos ver pelos gráficos a seguir apresentados por Canzian (03/09/2023):

**Gráfico 4 – Rendimento médio mensal por anos de estudo – 2012-2023 (em R\$)**



\*Entre 1º tri.2012 e 2º tri.2023, em valores corrigidos pela inflação

Fonte: Canzian (03/09/2023).

Segundo a pesquisa:

Os resultados revelam uma economia que cria predominantemente empregos de baixa qualidade e pouco produtivos. Isso empurra os mais escolarizados para vagas que pagam menos e que são, cada vez mais, informais - comprometendo o crescimento potencial do país (Canzian, 03/09/2023).

Assim, temos que colocar em perspectiva a afirmação de Heloani e Piolli: cada vez menos “quando defrontadas com os imperativos do mercado”, o “investimento de tempo e de dinheiro” feito pelos indivíduos para ter um diploma superior significa “ganhos reais correspondentes”.

### **3 Tendência recente do mercado de trabalho para formados na educação superior no Brasil**

Essa tendência apresentada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) encontra respaldo numa série de estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (Dieese).

Em agosto de 2018, o boletim “Emprego em Pauta” do Dieese nos mostra que “Escolaridade garante ocupação, mas não melhores empregos”. Segundo este estudo,

entre 2014 e 2017, com a crise, o número de ocupados no Brasil caiu de 92,4 para 91,4 milhões (-1 milhão). No entanto, o movimento não afetou a todos os trabalhadores: quem perdeu postos de trabalho foram aqueles que têm escolaridade mais baixa. A ocupação cresceu para quem tem mais anos de estudo (Dieese, 2018, p. 1).

O mesmo estudo mostra um movimento distinto quanto à qualidade do trabalho e do tipo de vínculo. Conclui o Dieese:

Do total de 2,2 milhões de trabalhadores com ensino superior completo que conseguiram ocupação entre 2014 e 2017, mais de 62% (1,3 milhão) se inseriram em trabalhos que não demandam essa escolaridade. Dos 810 mil inseridos em ocupações "típicas", a menor parte alcançou um vínculo formalizado (Dieese, 2018, p. 1).

Em agosto 2019, o mesmo acompanhamento do Dieese sobre emprego percebeu um movimento ligeiramente distinto do relatório de 2018: o aumento do desemprego entre os formados no ensino superior. Segundo o Dieese, "a taxa de desocupação no país passou de 6,9%, em 2014, para 12,0%, em 2018 e, entre aqueles com ensino superior completo, aumentou de 3,7% para 6,1%". Para o Dieese, "com a crise, aumentou a proporção de recém-formados com ensino superior que não conseguiu nenhum trabalho". Se, em 2014, 79% dos recém-formados conseguiram trabalho, em 2018, esse valor caiu para 72% (Dieese, 2019, pp. 1/2).

Mas, mais importante é a constatação de que

diminuiu a proporção dos que estavam em postos que demandavam ensino superior. Em 2014, 51% dos jovens recém-formados que estavam trabalhando, com idade entre 25 e 29 anos, ocupavam postos de trabalho que exigiam formação superior, enquanto em 2018, o percentual na mesma posição era de 35%. Para aqueles que tinham entre 30 e 44 anos, o percentual nessas vagas passou de 51% para 18%, entre 2014 e 2018 (Dieese, 2019, p 2).

Como decorrência disso, "o rendimento médio dos recém-formados diminuiu, entre 2014 e 2018, principalmente para os que estavam em postos de trabalho que exigiam a formação superior" (Dieese, 2019, p. 2).

Em setembro de 2022, o boletim "Emprego em Pauta" dizia que "emprego cresce em posições menos complexas", mostrando que "entre os que possuem ensino superior, houve aumento de 749 mil ocupados, mas 589 mil (78,6%) desses trabalhadores conseguiram inserção em ocupações não típicas", ou seja, "ocupações que não requerem formação superior" (Dieese, 2022, p. 1).

Em relação ao rendimento médio, "os ocupados com superior completo foram os que tiveram a maior perda (-5,6%)" entre o segundo trimestre de 2021 e o de 2022 (Dieese, 2022, p. 4).

Assim, conclui o Dieese:

A ocupação, portanto, tem crescido, apesar da retomada lenta da atividade econômica pós-pandemia, mas a expansão ocorre em posições que exigem menos qualificação formal. O mercado de trabalho vai se precarizando não somente no estabelecimento de vínculos de trabalho sem proteção trabalhista ou social, mas também por meio da geração de empregos pouco complexos e pela perda de rendimentos. O aumento da escolarização da população, visto

na última década, tem sido pouco aproveitado pelo mercado de trabalho nessa retomada da atividade econômica (Dieese, 2022, p. 6).

Em novembro 2023, o mesmo boletim anunciava que “Aumenta ocupação de pessoas com ensino superior, mas em trabalhos não típicos para essa escolaridade”. Segundo o estudo,

a quantidade de ocupados com ensino superior completo cresceu 15,5%, e o daqueles com ensino médio completo, 7,1%. Vale destacar que o número total de ocupados se ampliou em 4,0%.

Nesse sentido, o aumento de ocupados com maiores níveis de instrução acompanhou a ampliação da escolaridade da sociedade brasileira como um todo.

Contudo, o rendimento médio não teve desempenho similar e, no total dos ocupados, foi reduzido em 0,5%. Entre os ocupados com ensino médio completo, a queda do rendimento real foi de 2,5% e entre aqueles com ensino superior completo, o recuo foi de 8,7% (Dieese, 2023, p. 2).

Comentando a pesquisa de setembro de 2022 numa reportagem d’O Globo, Gustavo Monteiro, economista do Dieese, fez um apontamento que vai ao encontro da colocação de Heloani e Piolli. Diz o economista do Dieese:

O resultado é um país onde falta retorno no investimento feito em educação superior. Há também a perda individual de quem lutou para se formar e não consegue emprego na sua área, encarando um mercado de trabalho difícil de entrar (Alcântara, 16/09/2022).

#### **4 Origem socioeconômica e inserção desigual no mercado de trabalho dos diplomados na educação superior**

Apesar de a tendência geral ser de um descompasso entre a formação na educação superior e o acesso a postos de trabalho que exijam e remunerem essa qualificação, temos que ponderar que esse descompasso não atinge todos os trabalhadores da mesma forma. Segundo o Dieese, há indícios de que “fatores ligados à origem socioeconômica dos recém-formados influenciam na forma como eles se inserem no mercado de trabalho”.

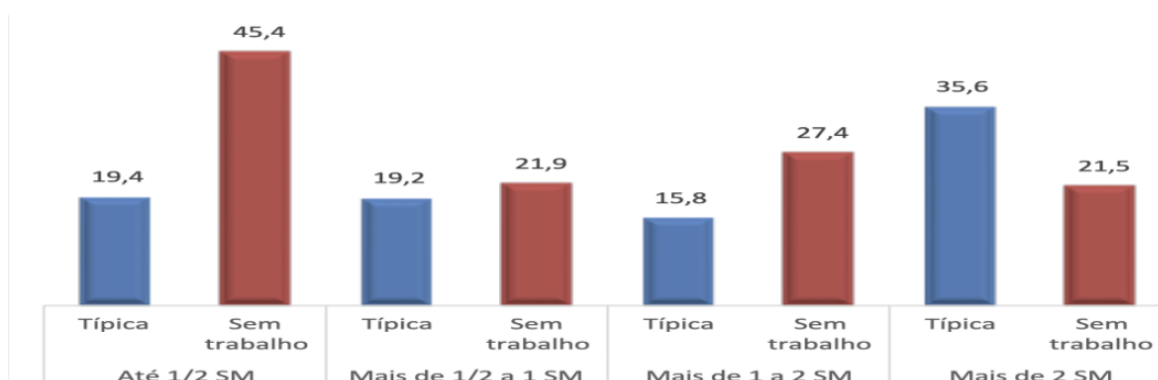
Segundo o Dieese publicada em 2019,

em 2018, estava sem trabalho quase metade (45%) dos recém-formados cujos domicílios tinham rendimentos per capita de até meio salário mínimo. Essa proporção era o dobro da verificada nos domicílios com rendimento per capita de mais de dois salários mínimos (22%). Entre os formados dos domicílios mais pobres, apenas 19% tinham conseguido um posto de trabalho em que era necessária a formação superior. Já nos domicílios mais ricos, 36%

dos recém-formados estavam em ocupações que demandavam ensino superior (Dieese, 2019, p. 3).

Assim, num cenário de desemprego, não é apenas o diploma de ensino superior que determina o acesso aos postos de trabalho declinantes, mas também a origem socioeconômica do recém-formado

**Gráfico 5 – Emprego e desemprego dos formados em 2018, segundo rendimento domiciliar per capita**

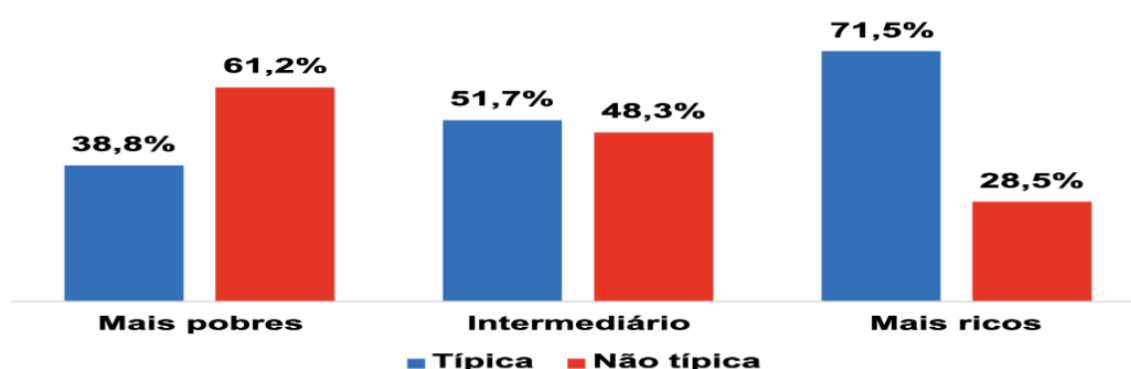


Fonte: Dieese (2019) - a partir dos microdados da Pnad/IBGE.

Mas mesmo num cenário de expansão dos empregos de nível superior, tal como apreendido na pesquisa do Dieese de novembro de 2023, onde a expansão das vagas para esse nível de escolaridade havia crescido 15% entre 2019 e 2022, a distinção de origem de classe a esses postos de trabalho também se mostra desigual, dificultando o acesso a postos de trabalho considerados típicos para formados na educação superior. Diz a pesquisa do Dieese:

As pessoas de baixa renda estavam em menor proporção nas ocupações típicas, mesmo com ensino superior completo. Entre os ocupados de domicílios mais pobres, com ensino superior completo, 38,8% dos ocupados estavam em ocupações típicas para essa escolaridade e outros 61,2% estavam em atividades não típicas. Já entre os de domicílios mais ricos, 71,5% dos ocupados com superior completo estavam em ocupações típicas e 28,5% em atividades não típicas (Dieese, 2023, p. 5/6).

**Gráfico 6 - Distribuição dos ocupados com ensino superior completo, segundo faixa de renda domiciliar *per capita* e tipo de ocupação (em %)**

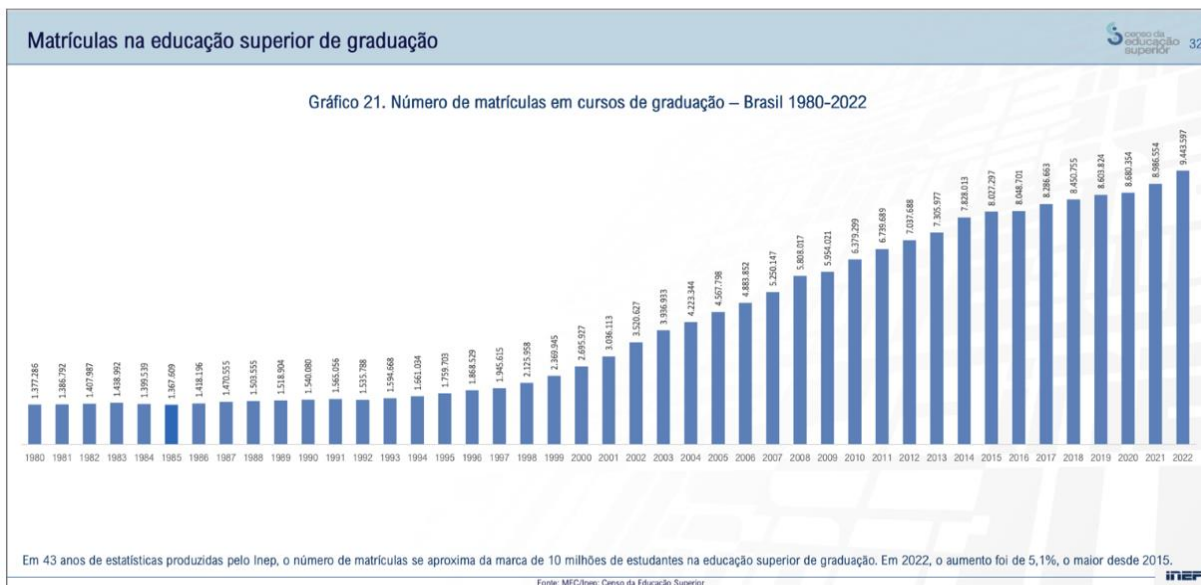


Fonte: Dieese (2019) - Com dados da Pnad Contínua.

## **5 Crescimento e baixo acesso à educação superior no Brasil**

Os dados apresentados acima pelas pesquisas de emprego do Dieese nos trazem a impressão de que o Brasil tem apresentado um excesso de formados no ensino superior. De fato, o país conheceu uma importante expansão do número de matriculados no ensino superior nas duas últimas décadas. Entre 2000 e 2022, o país saltou de 2.695.927 para 9.443.597 matriculados em cursos superiores no país, como podemos ver no gráfico a seguir, retirado do Censo da Educação Superior de 2022:

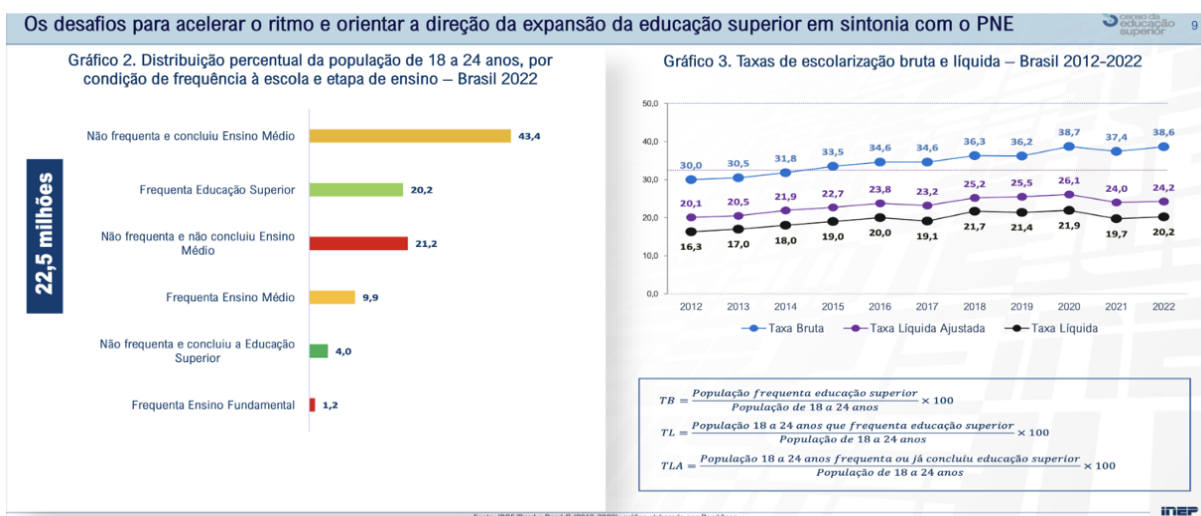
## Gráfico 7 - Número de matrículas em cursos de graduação - Brasil 1980-2022



Fonte: INEP (2023).

Apesar de ser um crescimento expressivo, o país não atingiu nem as metas estabelecidas por ele próprio para o acesso da população para esse nível de ensino, não atingindo as metas estabelecidas no último Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que propunha, na meta 20, Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. Isso faz com que mesmo nossa população jovem não tenha em grande proporção acesso à Educação Superior no país:

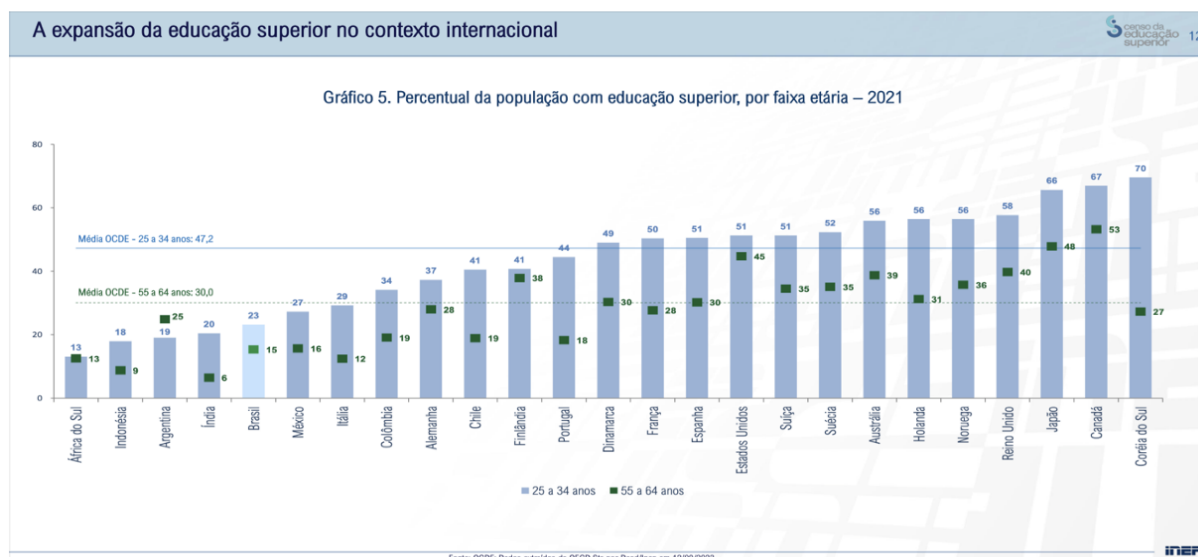
## Gráficos 8 e 9 - Distribuição da população de 18 a 24 anos, por condição de frequência à escola e etapa de ensino – Brasil 2022 e Taxas de escolarização bruta e líquida - Brasil – 2012-2022



Fonte: INEP (2023).

Essa realidade coloca o país numa posição bastante ruim quando comparada com os países membros da OCDE, como podemos ver no gráfico a seguir:

## Gráfico 10 - Percentual da população com educação superior, por faixa etária - vários países - 2021



Fonte: INEP (2023).

Assim, tanto em relação às metas nacionais de taxa de matrículas bruta e líquida, quanto em relação à taxa de escolarização no ensino superior dos países membros da OCDE, o Brasil tem uma proporção relativamente baixa de trabalhadores com educação superior.

Desse modo, fica ainda mais estarrecedora a perspectiva de um certo excedente de diplomados na educação superior em relação ao mercado de trabalho nacional, que, como vimos, não oferece vagas em trabalhos típicos para essa formação.

## 6 Sobrequalificação precoce da força de trabalho com diploma de educação superior no Brasil

Desse modo, mesmo com uma população com escolaridade média de apenas 11,7 anos e uma taxa de escolarização bruta de 38,6% e com apenas 24,2% da juventude que frequenta ou já frequentou o ensino superior, o que deixa o Brasil bem abaixo da média dos países membros da OCDE, parece que vivemos uma espécie de “sobrequalificação” da força de trabalho, com um excedente de força de trabalho com diploma superior.

Esse processo de certa sobrequalificação da força de trabalho não se resume ao Brasil. Como nos informa Guy Standing, no seu estudo sobre o precariado, “o empenho do sistema educacional para aprimorar o 'capital humano' não produziu melhores perspectivas de emprego”.

Para dar um exemplo, 40% dos estudantes universitários espanhóis depois de um ano de formados acham-se em empregos pouco qualificados que não exigem suas qualificações (Standing, 2020, p. 109).

Levando em conta o que ocorre no mercado de trabalho nos EUA, Standing diz que:

As economias geram novos tipos de trabalho o tempo todo, mas nós sabemos a direção que eles estão tomando. Por exemplo, durante a próxima década, menos da metade de todos os novos empregos nos Estados Unidos será para pessoas graduadas ou equivalentes. Destes, com base na experiência passada, 40% podem ser ocupados por quem não tiver qualificações adquiridas em faculdades. Afinal, Bill Gates era um egresso. Assim, apenas um terço de todos os novos empregos estará disponível para pessoas jovens que completam o ensino superior (Standing, 2020, p. 110).

Na Alemanha, em 2005, nos mostra o autor que

mais de um terço dos graduados ainda estavam desempregados um ano depois de se formar. O sistema, adequado para uma era industrial, é disfuncional, a sua rigidez obriga a produzir desajustados numa economia flexível (Standing, 2020, p. 116).

Mesmo na China, que vive um impressionante desenvolvimento capitalista nos últimos anos e em que a "admissão na universidade passou de um milhão de alunos em 2000 para sete milhões em 2010" (Standing, 2020, p. 117), desde 2006, "mais de um milhão dos alunos graduados a cada ano se tornaram desempregados ao deixarem a universidade" (Idem, p. 118).

Desse modo, Standing nos mostra que mesmo nos países desenvolvidos "a maioria vai ser rebaixada para empregos que não exigem alto nível de qualificações" (Standing, 2020, p. 110). Esses países atingiram uma proporção relativamente superior que o Brasil no acesso ao ensino superior tendo uma taxa de escolarização no ensino superior à média da OCDE (com exceção da China, que não dispomos desse dado comparativo). Assim, na Espanha, Alemanha e EUA houve um relativo crescimento do ensino superior antes de se enfrentarem com certa "sobrequalificação" de sua força de trabalho. E mesmo tendo uma taxa de diplomados bastante superior ao Brasil, vemos que o acesso a postos de trabalho que exigem essa formação, embora proporcionalmente declinantes, ainda é bastante superior ao Brasil, se compararmos os dados fornecidos por Standing com os das pesquisas do DIEESE discutidos anteriormente.

Entre nós, talvez fosse mais correto falar em uma "sobrequalificação precoce" da força de trabalho, dado os números absolutos e relativos baixos de acesso à educação superior no país e as condições de seu ingresso no mercado de trabalho.

Mas tanto lá como cá,

no final, as armadilhas do precariado refletem uma discordância entre as aspirações dos jovens e o sistema de formação do "capital humano" que vende qualificações credencialistas num prospecto falso. A maioria dos empregos oferecidos não exige todos aqueles anos de escolaridade, e

apresentar a escolaridade como algo que forma pessoas para emprego é criar tensões e frustrações que abrirão caminho para a desilusão (Standing, 2020, p. 120).

Standing também discute as formas de adaptação dos sistemas educacionais mercadorizados para essa realidade do mercado de trabalho. Diz ele:

Há sinais de que sistemas educacionais mercadorizados estão sendo reestruturados para confluírem jovens para o sistema de trabalho flexível, baseado em uma elite privilegiada, uma pequena classe trabalhadora técnica e um precariado crescente. Se a indústria da educação está vendendo produtos, e não se espera que muitos alunos entrem em uma carreira profissional, há mais espaço para o fornecimento de produtos "plebeus". Um adolescente amante do surfe disse que estava indo para a Plymouth University para estudar "ciência e tecnologia do surfe"; o curso exigia que ele "surfassse duas vezes por semana, o que é obrigatório". Esses são exemplos de diplomas supersimplificados para trabalhadores supersimplificados (Standing, 2020, p. 116).

## **7 Expansão da educação superior à distância como forma de desvalorização do diploma da Educação Superior**

Aqui, podemos lembrar do interessante livro de José Rodrigues, *Os empresários e a Educação Superior* (2007), no qual o autor faz uma distinção entre a educação-mercadoria e a mercadoria-educação.

Para Rodrigues, a educação-mercadoria se daria quando um

capital em particular estiver buscando sua valorização a partir da venda de serviços educacionais, tais como o capital investido em instituições de ensino, sejam elas escolas ou universidades, esse capital comercial tenderá a tratar a prática social educacional como uma mercadoria cujo fim é ser vendida no mercado educacional (Rodrigues, 2007, p. 6).

Já a mercadoria-educação se daria quando "a educação e o conhecimento são encarados como insumos necessários à produção de outras mercadorias", como acontece no processo de produção de outras mercadorias. Segue o autor:

Do lado da educação-mercadoria, a venda de vagas em um curso de graduação qualquer interessa em si mesma àquela instituição educacional que diretamente as comercializa. O limite é estabelecido, em última instância, pela relação entre oferta e demanda.

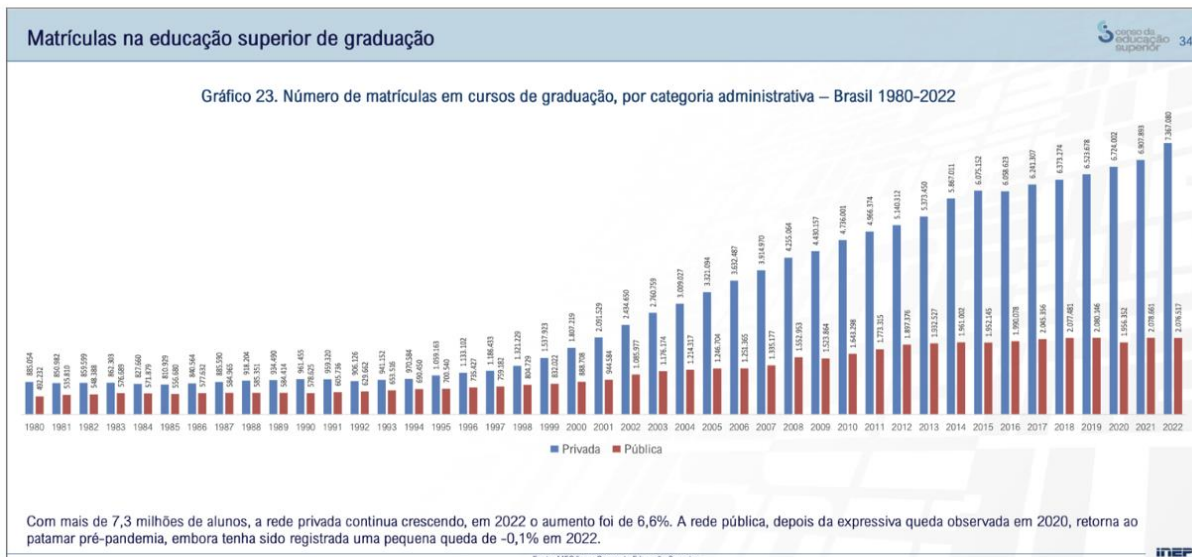
Do lado da mercadoria-educação, há dois aspectos a serem considerados. Por um lado a expansão rápida de profissionais graduados favorece imediatamente ao capital industrial, posto que cria um exército de reserva que tende a rebaixar os salários dessa categoria. Por outro lado, se esse exército é constituído por graduados sem as devidas qualificações, isto é, qualidades

requeridas pelo processo produtivo, a médio e longo prazo, o capital poderá encontrar sérias dificuldades em seu processo produtivo (Rodrigues, 2007, pp. 6/7).

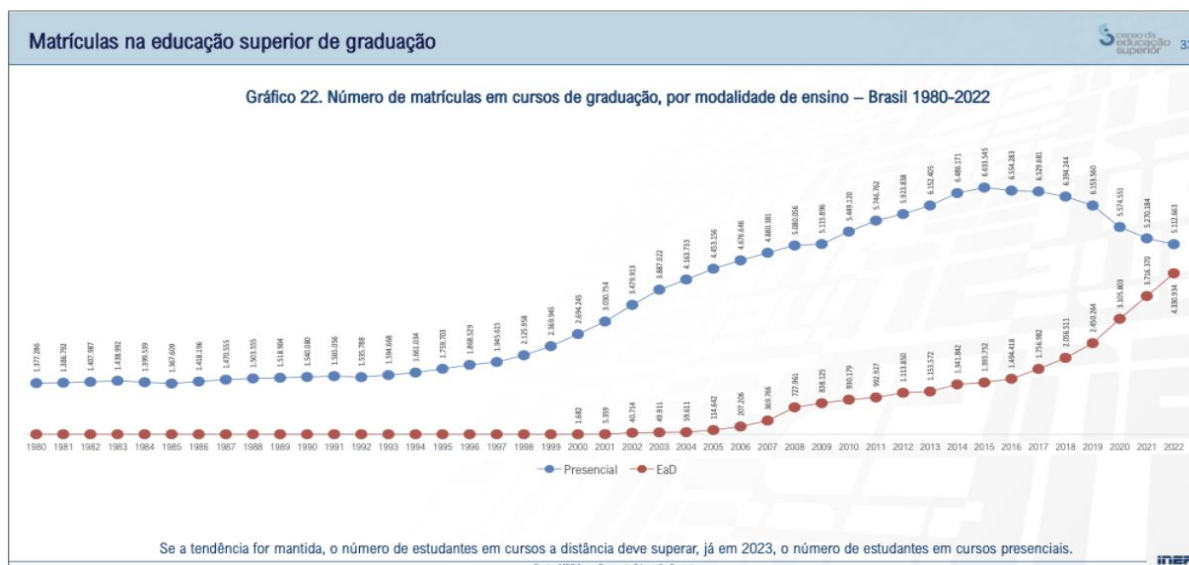
Parece que temos um movimento cada vez maior em que a educação-mercadoria se desprende das necessidades concretas da mercadoria-educação, ou melhor, que as necessidades de qualificação da mercadoria-educação são cada vez menores.

Desse modo, podemos ver dois movimentos complementares: o crescimento acelerado do setor privado para o oferecimento da educação-mercadoria; e um processo de mudança acelerada na modalidade de ensino na educação superior, que transita rapidamente para a educação a distância (EaD), como podemos ver nos gráficos a seguir:

**Gráfico 11 - Número de matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa - Brasil – 1980-2022**



## Gráfico 12 - Número de matrículas em cursos de graduação, por modalidade de ensino - Brasil – 1980-2022



Fonte: INEP (2023).

Se, como vimos, a mercadoria-educação se desvaloriza, acaba-se por baratear a educação-mercadoria. Talvez possamos ler esse processo como uma tentativa de adequar o “investimento de tempo e de dinheiro” aos “ganhos reais correspondentes” com a obtenção de um diploma superior.

## 8 O novo fim da promessa integradora da educação superior e a educação a distância

Talvez estejamos diante de um novo “fim da promessa integrado da educação”. Apesar do ainda crescente número de matrículas no ensino superior, parece que, diante da desvalorização dos diplomas superiores no mercado de trabalho, parte da juventude está disposta a cada vez menos “investimento de tempo e de dinheiro” nessa formação.

Os dados de candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) podem dar uma ideia disso. De 2016 até 2022, o número de participantes do ENEM recuou de 5,974 para 2,394 milhões, revertendo a tendência de alta desde pelo menos 1998.

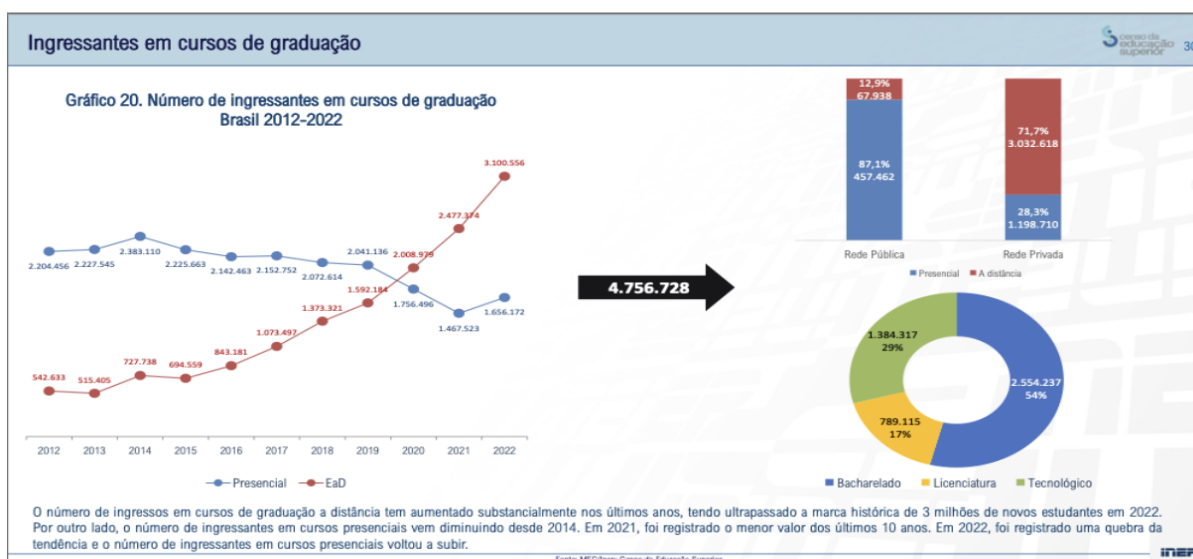
### Gráfico 13 - Evolução do número de participantes no Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM 1998-2022



Fonte: INEP (2023).

Dado o crescimento geral das matrículas no ensino superior no Brasil, podemos supor que parte desses jovens que não mais prestam o ENEM buscaram outras formas de ingresso no ensino superior. Os dados do crescimento dos ingressos em cursos EaD nos fazem perceber que houve uma migração da disputa das vagas pelo ENEM para o ingresso em cursos à distância, onde se exige menor “investimento de tempo e de dinheiro”.

### Gráfico 14 - Número de ingressantes em cursos de graduação, por modalidade de ensino - Brasil - 2012-2022



Fonte: INEP (2023).

Mais de 71% das 4,2 milhões de matrículas em instituições privadas são na modalidade a distância. Para se ter uma ideia de como isso significa menos investimento financeiro por parte dos estudantes, segundo matéria publicada no portal

do Instituto SEMESP, que representa as mantenedoras de ensino superior privado no Brasil,

o valor médio das mensalidades de cursos presenciais ficou em R\$1.132 no primeiro semestre de 2024, montante 3,3 vezes maior do que o aplicado em cursos EAD (R\$348) no mesmo período.

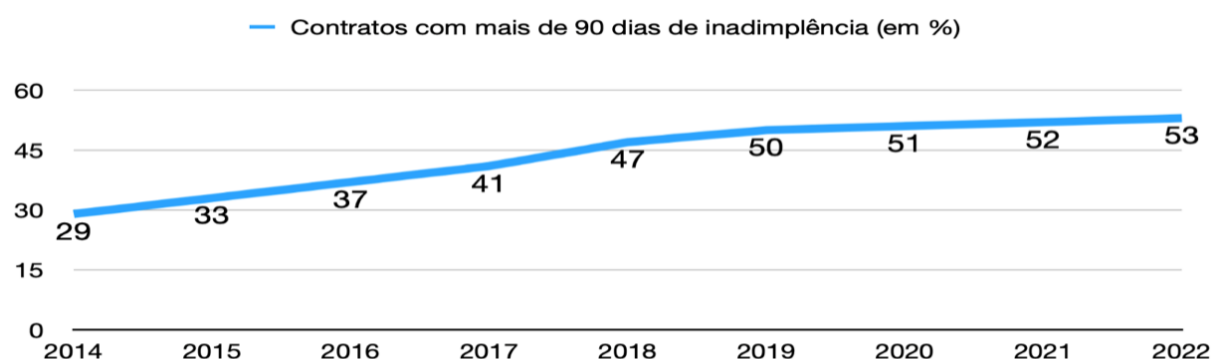
Não que acreditemos em empresas “sem fins lucrativos”, mas é interessante a constatação de que as instituições “sem fins lucrativos” apresentam também uma mensalidade média maior do que as “com fins lucrativos”, o que nos leva a pensar em duas coisas: no cofre das instituições “sem fins lucrativos” e na qualidade dos cursos das instituições que lucram com a educação-mercadoria.

## 9 A inadimplência no Fies como expressão dramática do dilema dos diplomados na educação superior no Brasil

Certamente, o exemplo mais gritante de que as expectativas com o diploma de ensino superior “não resultam em ganhos reais correspondentes ao ‘investimento de tempo e de dinheiro’ feito pelos indivíduos” é o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

A atual campanha feita pelo governo federal de renegociação da dívida com o Fies dá uma mostra do descompasso. Como nos mostra Andréa Luciana Harada Sousa, desde 2019 mais da metade dos contratos do Fies tinha parcelas de amortização com mais de 90 dias de atraso. Além do número alto de contratos com atraso nas parcelas de amortização, percebemos um crescimento consistente na proporção de contratos em atraso entre 2014 e 2022.

### Gráfico 15 - Contratos do FIES com mais de 90 dias de inadimplência - 2014-2022 (em %)



Fonte: adaptado de Sousa (2023), com dados do FNDE.

Desse modo, aponta Sousa:

A expectativa de retornos salariais em decorrência da elevação da escolaridade não compensou o custo do financiamento para parte

significativa daqueles recém-formados que preferimos identificar como refém-formados (Sousa, 2023, p. 55).

Essa dívida foi “vendida como mera antecipação do poder de compra para estudantes pobres” podendo ser considerada uma expressão da “falácia da democratização”, que acaba por responsabilizar o próprio formado (Sousa, 2023, p. 58). Assim, se por um lado esses jovens conseguiram um “diploma com pouco valor”, por outro, “adquiriram uma dívida de alto custo” (Idem, p. 58).

## **10 Desindustrialização precoce e sobrequalificação precoce da força de trabalho no Brasil: adequação do sistema escolar à desqualificação do trabalho no Brasil recente**

Nas últimas décadas, sobretudo, desde o golpe institucional de 2016, vivemos um intenso processo de contrarreformas nas relações de trabalho e na educação do país. Reforma trabalhista, ampliação da terceirização, reforma da previdência, velho e novo teto de gastos e reforma no sistema escolar devem ser entendidos como processos de rebaixamento do trabalho e da formação dos trabalhadores. A reforma neoliberal da educação “é parte integrante de um projeto amplo de vida e de sociedade do capital em situação de crise” (Piolli; Sala, 2020, p. 71).

Entretanto, como mostramos neste artigo, esse processo não se restringe aos momentos de crise mais acentuada, podendo ser considerado como um elemento estruturante das relações trabalho-educação em nosso país. Assim, temos que relacionar essas dimensões de trabalho e da educação como elementos da forma de reprodução do capitalismo dentro da particularidade brasileira (Minto, 214).

Sobre o período abarcado por esse artigo, Lalo Watanabe Minto nos diz que:

A “flexibilização” da educação superior foi ampliada nos anos 1990, seguindo os parâmetros do desenvolvimento capitalista na particularidade brasileira: quando a qualificação/certificação do trabalhador médio brasileiro passa a incluir a sua ascensão a níveis educacionais mais elevados, esta não pode implicar ampliação do custo da força de trabalho. Havendo essa elevação, prejudica-se diretamente a reprodução dos capitais estrangeiros aqui aplicados, tornando a lógica da dependência um obstáculo e não uma vantagem estrutural ao grande capital. A operação que promoveu essa ampla reconfiguração da educação superior nos moldes da flexibilização obedeceu, portanto, a essa diretriz maior. Ensino de baixo custo, aligeirado, em Instituições de Ensino Superior de ‘mercado” (Minto, 2014, p.321/2).

Para Minto, precisamos nos afastar de apreensões genéricas sobre a “função da educação superior como preparação para o mercado de trabalho”. Para ele,

limitar-se a dizer, portanto, que a educação superior prepara para o trabalho - ou prepara a Força de Trabalho - porque se trata de uma sociedade capitalista, sem especificar sob quais condições isso se dá e de que tipo de trabalho está se falando, não passa de uma generalidade, uma abstração, mas muito propícia aos interesses da manutenção do status quo (Minto, 2014, p. 375/6).

Foi justamente para fugir dessa abstração que buscamos articular as pesquisas sobre o mercado de trabalho com o tipo de expansão da educação superior no Brasil recente. Recorrendo novamente à Andréa Luciana Harada Souza:

Como a expansão na oferta de vagas não participou de um projeto amplo de desenvolvimento do país, mas atendeu a interesses de determinados grupos econômicos, tanto quanto assinalou o sentido reformista dos governos a partir do final dos anos 1990, os trabalhadores formados nestas instituições não alcançaram condições efetivamente melhores no mercado de trabalho. No setor de serviços a demanda por trabalhadores com ensino superior foi, em muitos casos, um pré-requisito meramente formal, sem relação direta com a função a ser desempenhada (Souza, 2023, p. 54).

Essa questão levantada por Souza, de que, na expansão do setor de serviços, o pré-requisito de diploma na educação superior não ter "relação direta com a função a ser desempenhada" é confirmada pela pesquisa do Dieese anteriormente citada. Segundo o Dieese, os "ocupados com ensino superior em trabalhos não condizentes com essa escolaridade estavam principalmente nos setores de serviços e de comércio" (Dieese, 2023, p. 5). Entre 2019 e 2022, houve um crescimento de 21,2% de trabalhadores com diploma superior exercendo trabalhos atípicos para essa formação no setor de serviços no Brasil, segundo dados do IBGE colhidos pela pesquisa do Dieese.

Se na pesquisa de Rodrigues (2007), foi analisada a demanda do setor industrial por mercadoria-educação, ou seja, por certa qualificação do fazer da força de trabalho, temos que ponderar que diante do processo de desindustrialização por que passamos, essa demanda se problematiza, passando a predominar no mercado de trabalho apenas a realização de educação-mercadoria.

Talvez possamos fazer uma relação entre a desindustrialização precoce e a sobrequalificação precoce.

Pierre Salama, num artigo intitulado "Reprimarización sin industrialización, una crisis estructural en Brasil", publicado em 2016, faz uma consideração sobre o que ele chamou de "desindustrialização precoce". Analisando o crescimento econômico nos anos recentes, e a crise que se seguiu a partir de 2014, Salama chama atenção de que "o crescimento mais elevado se faz em detrimento da indústria".

Segundo sua análise, houve um estancamento da produção industrial, que no início de 2014 se encontrava no mesmo nível de 2002, e que teria colapsado com a crise. Assim, ele faz uma consideração, que busca relacionar o desenvolvimento

industrial com o crescimento do setor de serviços, que é bastante interessante para nosso problema:

Passado um certo estágio de desenvolvimento, é habitual constatar uma baixa relativa por parte do setor industrial no PIB em benefício dos serviços, sem que, portanto, haja necessariamente desindustrialização. O termo de desindustrialização é em geral reservado a uma baixa absoluta do valor agregado e/ou a uma redução relativa do peso da indústria nacional dentro da indústria mundial em uma economia aberta. Na América Latina esse fenômeno tem tendência a intervir mais cedo que nos países avançados, de onde o recurso ao qualificativo "precoce" utilizado quando o ingresso per capita no início do processo de desindustrialização corresponde à metade do dos países avançados quando esse processo tem início (Salama, 2016, s/p).

Márcio Pochmann (2022), discutindo A grande desistência histórica e o fim da sociedade industrial, traça um percurso interessante entre uma "industrialização tardia" e uma "desindustrialização precoce" com consequências para a discussão que levantamos. Diz Pochmann:

Após meio século de expansão econômica contínua e acelerada, que mudou estruturalmente a sociedade do antigo primitivismo agrário para a modernidade urbana e industrial, o Brasil percorreu quatro décadas seguintes de semiestagnação da renda nacional por habitante. Nessa circunstância, aflorou a precocidade da desindustrialização que antecipou a transição para a sociedade de serviços, com inegável alteração interna e em relação ao mundo, a começar pela reversão de sua participação na Divisão Internacional do Trabalho, que deixou de ser a de um país com estrutura produtiva majoritariamente manufatureira para voltar à antiga e longa experiência agroexportadora de menor valor agregado (Pochmann, 2022, p. 77).

Para Pochmann, os grandes perdedores do golpismo de 2016 "têm sido os setores industriais e das micro e pequenas empresas do terciário". Para ele,

o abandono das fontes endógenas de expansão econômica resulta na conveniência da desocupação em massa, inclusive nos segmentos de maior escolaridade, cujas taxas de desemprego alcançam cerca de 1/3 para mestres e 1/4 para doutores (Pochmann, 2022, p. 117).

Pochmann apresenta um paradoxo que aponta para o processo complementar entre "desindustrialização precoce" e certa "sobrequalificação precoce". Segue o autor:

Decorre disso a paradoxal fuga de cérebros de uma parcela da mão de obra subjugada pelo mercado de trabalho profundamente deprimido em um país caracterizado por ampla população de reduzida escolaridade. As ocupações que restam nas atividades legais da economia são, em geral, precarizadas pela ausência da contratação formal, inseguras contratualmente, com uma jornada de trabalho instável e contida remuneração (Pochmann, 2022, p. 117).

Desse modo,

na atualidade da desindustrialização precoce e do ingresso antecipado à sociedade de serviços, os ganhos de produtividade encontram-se praticamente estancados frente à perda dos empregos industriais, sem que a trajetória de terciarização da economia nacional pudesse compensar por meio de ocupações superiores. Isso ocorre porque as atividades que mais crescem são aquelas vinculadas mais ao inchamento dos serviços tradicionais do que às tecnologicamente avançadas (Pochmann, 2022, p. 126).

É nesse quadro que as transformações no mercado de trabalho e as reformas na educação passam a se demandar reciprocamente. Um mercado de trabalho que não demanda uma força de trabalho crescentemente qualificada acaba por redundar em uma desqualificação de todo o sistema educativo.

## **11 Considerações finais**

A manutenção da atualidade do artigo de Roberto Heloani e Evaldo Piolli, apesar das diferentes conjunturas que passamos nos últimos vinte anos, nos fazem pensar sobre as características estruturais da relação trabalho-educação no Brasil.

Como vimos, a formulação de que as empresas aumentam os requisitos e as exigências para a contratação da força de trabalho "sem que se observe, nessas tendências, mudanças significativas no conteúdo do trabalho que possam justificar as exigências de um profissional mais qualificado" (Heloani; Piolli, 2004-2025) ainda guarda uma dramática atualidade. Talvez essa formulação seja mesmo mais atual hoje do que quando foi escrita há duas décadas.

Mesmo a expansão da educação superior ocorrida nessas duas décadas não foi capaz de qualificar o trabalho, embora tenha aumentado a escolaridade de um setor da classe trabalhadora, "tudo se reduzindo - conforme a lógica do mercado - mais a uma questão de oferta do que a uma demanda real ou a uma necessidade comprovada" (Heloani; Piolli, 2004-2025).

Desse modo, podemos perceber que a qualificação do trabalho não é apenas uma questão de políticas educacionais, mas diz respeito aos caminhos concretos que a economia e o país percorrem em seu desenvolvimento. A "qualificação" do trabalho interage dialeticamente com as outras duas dimensões: a estrutura macroeconômica e o modo de regulação social. Trata-se de uma relação de múltipla influência, isto é, quando um paradigma industrial se instaura, ele, por conseguinte, passa a influenciar o próprio modo de regulação e a estrutura macroeconômica que o haviam determinado num primeiro momento (Heloani, 2018).

Isso não quer dizer que as políticas educacionais não tenham importância ou que elas devem apenas corresponder às demandas imediatas do mercado de trabalho. Mas quer dizer que as elas são apenas uma "promessa" se não buscarem se

articular com elementos concretos da organização do trabalho, da produção e da distribuição da riqueza, ou seja, se ela não se articular com um projeto de sociedade.

Por fora de um projeto de desenvolvimento econômico e social, qualquer política educacional integradora tende a desintegrar. Esse é o sentido das constantes dissoluções da promessa integradora da educação no Brasil. A política educacional é incapaz de, por si só, promover uma integração que está para além dela.

É claro que o aumento da escolaridade tem diversos outros sentidos para além da qualificação da força de trabalho e do seu aspecto econômico: ela também pode ser elemento de desenvolvimento pessoal e cultural.

Entretanto, num país de trabalho barato e embrutecido e de baixa e precária escolarização o destino da educação aparece umbilicalmente ligado ao desenvolvimento do trabalho. Desse modo, a crítica ao sistema de ensino deve sempre ter seu fundamento na crítica a forma como a classe trabalhadora aparece no mercado de trabalho. A não é a falácia da formação que define a falácia da qualificação. É antes a falácia da qualificação que determina a formação precária da maioria.

Como vimos, esse processo não atinge todos de maneira indiscriminada. O dilema do (des)emprego dos formados na educação superior atinge de maneira mais decisiva os pobres, que mesmo formados vivenciam maiores taxas de desemprego e trabalhos desqualificados.

Podemos pensar erroneamente que isso se dá apenas pela modalidade o tipo de ensino que os pobres acessam no Brasil, pensando novamente em corrigir isso apenas por uma nova política educacional. Isso seria apenas reeditar uma nova promessa integradora da educação sem atacar os elementos estruturais da falácia da qualificação.

Para pensarmos uma nova política educacional, é necessário irmos aos fundamentos do processo. Assim, concluímos, com Lalo Watanabe Minto, que

contra qualquer ilusão de que haja uma "nova questão educacional" e que, portanto, seja possível reafirmar uma "nova" política educacional que vá, por meio da reforma do sistema capitalista, dar origem a outra educação superior, orientada pelos interesses da classe trabalhadora, é preciso reafirmar uma questão de fundo: novas formas de educação e de políticas educacionais que a informem só podem ser construídas no bojo de um processo que se encaminha para a superação do Modo de Produção Capitalista (Minto, 2014, p. 379).

## Referências

Alcântara, Camilla. Quase 80% dos que têm diploma só conseguem trabalho que não exige graduação e paga menos. O Globo de 16/09/2022. Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/09/no-2o-trimestre-deste-ano-quase-80percent-dos-profissionais-com-nivel-superior-aceitaram-cargos-que-nao-exigem-qualificacao.ghtml>. Acessado em 14/08/2024.

Canzian, Fernando. Brasileiro mais escolarizado vê renda desabar e cai na informalidade. Folha de São Paulo de 03/09/2023. Disponível em <https://folha.com/0f95wrle>. Acessado em 14/08/2024.

Dieese. Escolaridade garante ocupação, mas não melhores empregos. Boletim emprego em pauta. número 9, agosto de 2018. Disponível em <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmPauta9.html>. Acessado em 14/08/2024.

\_\_\_\_\_. Com ensino superior, mas sem trabalho na área. Boletim emprego em pauta. número 13, agosto de 2019. Disponível em <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2019/boletimEmpregoEmPauta13.html>. Acessado em 14/08/2024.

\_\_\_\_\_. Ocupação cresce em posições menos complexas. Boletim emprego em pauta. número 23, setembro de 2022. Disponível em <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2022/boletimEmpregoemPauta23.html>. Acessado em 14/08/2024.

\_\_\_\_\_. Aumenta ocupação de pessoas com ensino superior, mas em trabalhos não típicos para essa escolaridade. Boletim emprego em pauta. número 26, novembro de 2023. Disponível em <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2023/boletimEmpregoemPauta26.html>. Acessado em 14/08/2024.

Inep - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anízio Teixeira. Censo da educação superior 2022: divulgação dos resultados. Brasília: Deed/Inep, outubro de 2023.

Heloani, Roberto; Piolli, Evaldo. "A falácia da qualificação: dilemas do (des)emprego dos profissionais de nível superior". Revista USP. número 63. São Paulo, dezembro/fevereiro, 2004-2005.

Heloani, Roberto. Modelos de gestão e educação: gerencialismo e subjetividade. São Paulo, Editora CORTEZ, 2018.

Nunes, Felipe. Salário mínimo no Brasil é o segundo menor entre 31 países; compare. Folha de São Paulo de 20/10/2022. Disponível em <https://folha.com/7ozxlrn5>. Acessado em 14/08/2024.

Minto, Lalo Watanabe. A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Outras Palavras, 2014.

Piolli, Evaldo; Sala, Mauro. Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 127, p. 69–86, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180047>. Acessado em 26/08/2024.

Pochmann, Márcio. Nova classe média? o trabalho na base da pirâmide social. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. A grande desistência histórica e o fim da sociedade industrial. São Paulo: Ideias e Letras, 2022.

Rodrigues, José. Os Empresários e a Educação Superior. Campinas/SP: Autores Associados, 2007 (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

Salama, Pierre. Reprimarización sin industrialización, una crisis estructural en Brasil. Revista Herramienta (58). Buenos Aires: Edições Herramientas, 2016. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/HerramientaBuenosAires/2016/no58/3.pdf> (acessado em 26/08/2024).

Semesp. [Pesquisas apontam crescimento de alunos no presencial e queda no valor das mensalidades](https://www.semesp.org.br/mais-pesquisas/2024/03/25/pesquisa-aponta-crescimento-de-alunos-no-presencial-e-queda-no-valor-das-mensalidades/#:~:text=No%20Brasil%2C%20de%20acordo%20com,R%24348)%20no%20mesmo%20período). In. [semesp.org.br](https://www.semesp.org.br) de 25 de março de 2024. [https://www.semesp.org.br/mais-pesquisas/2024/03/25/pesquisa-aponta-crescimento-de-alunos-no-presencial-e-queda-no-valor-das-mensalidades/#:~:text=No%20Brasil%2C%20de%20acordo%20com,R%24348\)%20no%20mesmo%20período](https://www.semesp.org.br/mais-pesquisas/2024/03/25/pesquisa-aponta-crescimento-de-alunos-no-presencial-e-queda-no-valor-das-mensalidades/#:~:text=No%20Brasil%2C%20de%20acordo%20com,R%24348)%20no%20mesmo%20período). Acessado em 14/08/2024.

Sousa, Andrea Luciana Harada. A educação em liquidação: mercantilização, EaD e mudanças no trabalho docente no ensino superior privado - Tese - Unicamp: Campinas, SP, 2023.

Standing, Guy. O Precariado: a nova classe perigosa; tradução Cristina Antunes. 1ª. ed., 6ª reimp., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

**Contribuição dos autores:**

**Evaldo Piolli:** conceituação, metodologia, análise dos dados, escrita, conclusão, revisão, edição.

**Mauro Sala:** conceituação, metodologia, análise dos dados, escrita, conclusão, revisão, edição.

**Roberto Heloani:** conceituação, metodologia, análise dos dados, escrita, conclusão, revisão, edição.

**Conflito de interesses:**

Os autores declaram não haver conflitos de interesse que possam influenciar no desenvolvimento dessa investigação.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.